



NELSON SAMPAIO E THALES DE AZEVEDO: A INTELLECTUALIDADE BAIANA NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA (1968-1971)

ANSELMO FERREIRA MACHADO CARVALHO*

RESUMO

O presente artigo analisa a atuação de dois intelectuais do Conselho de Cultura da Bahia, órgão da Secretaria de Educação e Cultura instalado em 1968 no governo de Luis Viana Filho, ex- chefe de gabinete de Castelo Branco; a partir dos seus escritos publicados na *Revista de Cultura da Bahia*, periódico do Conselho, e sua relação com o contexto autoritário: a ditadura civil-militar brasileira em terras baianas. A reflexão se dará a partir da análise de suas concepções/noções sobre cultura, comunismo/anticomunismo, democracia liberal, nação e política, elementos que nos ajudam a refletir sobre a natureza da participação dos intelectuais em instituições construídas em contextos autoritários e sobre a própria concepção de intelectuais.

INTRODUÇÃO

Com o golpe civil- militar de 1964, o governo federal criou vários órgãos para tratar da cultura, o mais importante deles foi o Conselho Federal de Cultura (CFC). Em funcionamento a partir de 1966, seria o responsável no plano nacional, para cuidar da cultura nos tempos da ditadura civil-militar.¹ Nesse contexto, o campo cultural foi bastante disputado entre os civis apoiadores e os críticos do golpe, assim como as memórias produzidas sobre o período. (CARDOSO, 2012) A implantação dos conselhos de cultura estaduais era um projeto e um objetivo do CFC. A criação do Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC) se deu em 1967 e instalado no ano seguinte, em 08 de março de 1968, no governo de Luis Viana Filho (1967-1971). Intelectuais como Josué Montello (1º presidente e articulador da existência do CFC), Gilberto Freyre, Adonias Filho, Gustavo Corção, Raquel de Queiróz, Raymundo Aragão,

* Professor de História do Instituto Federal de Sergipe-IFS, Campus Lagarto. Mestre em História UEFS e Doutorando do PPGH- UFBA, orientado pela professora Dra. Lina Aras.

¹ Debate importante está em artigo recente de FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.9, n. 20, p. 05-74. Jan/abr. 2017. O CFC foi criado pelo Decreto Lei nº74 de 21 nov. 1966. **Cultura**. Rio de Janeiro: MEC- Conselho Federal de Cultura. Ano 01 nº01, jul 1967. A chave interpretativa que caracteriza a ditadura como civil-militar, é condizente com a historiografia que admite a participação dos civis na consolidação do regime. (FICO, 2004)



Clarival do Prado Valadares, Pedro Calmon, dentre outros² seriam os responsáveis pela construção das políticas culturais norteadas nos princípios da Segurança Nacional, doutrina do regime militar (Segurança e Desenvolvimento), cuja preocupação no campo da cultura era a integração regional, valorização do folclore, o papel cívico, a consolidação de uma identidade nacional cujo pilar era o otimismo, elemento fundamental para legitimar o projeto dos militares. (MAIA, 2012)

Na Bahia, seus pares intelectuais foram convocados pelo governo do estado, para elaborar o Plano Estadual de Cultura, estabelecer as regras de fomento e de viabilidade da cultura baiana.³ No seu livro de memória, escrito em 1975, Luis Viana Filho, liderança política e intelectual da primeira geração dos integrantes do CEC, também foi chefe da Casa Civil e ministro da Justiça do governo Castelo Branco, falava do desconforto do general quando este era acusado de ser “inimigo da cultura” e de fomentador do “terrorismo cultural”.⁴ Neste sentido, Marcelo Ridenti argumenta que a cultura na ditadura foi apropriada pelo Estado para que projetos alternativos não fossem vitoriosos, haja vista que, antes do Ato Institucional número 5- AI5, editado em 1968, se observava uma “hegemonia” cultural das esquerdas. (RIDENTI, 2000)

Na Bahia, o período 1967-1971 foi se configurando uma nova institucionalidade para a cultura, mesmo existindo anteriormente, órgãos e iniciativas públicas que dialogavam e/ou gestavam as políticas culturais como o Departamento Educação Superior e Cultura (DESC), Inspeção de Monumentos, o IGHB, a UFBA, e de figuras preocupadas com o patrimônio cultural a exemplo de Wanderley de Pinho, José Valadares, Godofredo Filho, este último também integrante do CEC.

Luis Viana Filho atestava a importância da cultura para os governos militares ao destacar em suas memórias, fonte importante que revelou os bastidores de tal política, como foi o processo delicado de escolha dos candidatos a membro do CFC, afirmando que o presidente

² Pedro Calmon, juntamente com Rui Barbosa, foi referência intelectual para esta geração de baianos que compunha o CEC.

³ Regimento interno. In: **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I nº 01, março /agosto 1968.

⁴ Terrorismo cultural foi uma expressão bastante utilizada à época para desvelar as perseguições, censura, prisões, e cerceamentos aos artistas que se manifestavam contrários ao *status quo* vigente. (VIANA FILHO, 1975). A escrita dessas memórias, segundo Carlos Fico (2004), foi possibilitada pelo contexto da distensão política, período de “descompressão política”, onde as revelações políticas já podiam ser consideradas fatos históricos.



só havia indicado três nomes e que os demais não seriam indicações baseadas na preferência do general.

Nos círculos culturais, por exemplo, surgira o desejo de criar-se órgão equivalente ao existente para a Educação, que tinha no seu Conselho Federal adequado cenáculo para debater seus problemas. Moniz de Aragão (Então ministro da Educação e Cultura no Governo de Castelo Branco, grifo nosso), que possuía percepção ágil, não deixou passar a oportunidade. Criou-se assim o Conselho Federal de Cultura, destinado a congregar expoentes das atividades culturais, sem excluir a representação regional. Escolher esses “cardeais” pareceu deleitar o Presidente, que pediu ao ministro uma lista de sugestões. Durante dias, ele meditara, trocara idéias sobre os nomes mais indicados, receoso de alguma omissão. Tolerante, não admitiria nenhuma restrição por exagerado temor à ideologia do candidato. Conseqüência dessa isenção e desse cuidado foi um conselho modelar, reflexo do que havia de mais expressivo nas áreas culturais, atendidas as reivindicações regionais.(VIANA FILHO, 1975:424)

A escolha se baseava também nos critérios regionais, de sulistas a nordestinos, dos modernistas paulistanos e cariocas aos regionalistas, Ariano Suassuna e Gilberto Freyre, este último, doador de concepções ideológicas que nortearam o CFC. (FREYRE, 1955)⁵ O regionalismo foi um dos pilares, não somente das estratégias de planejamento econômico e político dos militares, como também no plano da cultura, consoante Luis Viana, liderança civil forte dentro da caserna, explanava:

Ao Ministério do Planejamento tocou traçar as grandes linhas, a doutrina e o objetivo do desenvolvimento nacional, ao qual se somou o desenvolvimento regional, supervisionado pelo Ministério da Coordenação dos Órgãos Regionais, órgão operativo dos esquemas parciais, com eles compatível. Certamente, esta concepção, exigindo a individuação do regional como parte integrante do nacional, era fruto da experiência histórica sobre a formação social do país. Tinha raízes na vocação econômica de cada grande área, embora buscasse somar a diversidade com a unidade, o regionalismo com a unidade econômica, política e espiritual da Nação. (VIANA FILHO, 1975:240)

A cultura, a nível nacional, se baseou nesta perspectiva do regional integrando o nacional. Na Bahia, este regionalismo versava sobre uma identidade baiana pautada nos seus valores elitistas, católicos, sua versão hegemônica sobre a história, a ênfase no patrimônio e na cultura letrada e branca (CARVALHO, 2013). Esta concepção de cultura para os intelectuais do CEC, além de legitimar a cultura de elite baiana, objetivava, sobretudo, a destinação de recursos financeiros e medidas para a cultura patrimonial e letrada.⁶ Os intelectuais baianos

⁵A visão de uma identidade nacional baseada nos princípios da mestiçagem. Ver Também (CARDOSO, 2011)

⁶ Parte dos recursos se destinou ao patrimônio e publicações de obras literárias.



foram chamados a compor o colegiado do CEC, dentre eles Thales de Azevedo⁷ e Nelson Sampaio⁸. Gente de expressão e notório saber, professores da UFBA em sua maioria, nomes com presença marcante na vida intelectual baiana durante o século XX. A maioria, integrantes da Academia de Letras da Bahia e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, portanto membros de uma elite cultural, constituindo-se numa rede de intelectuais e de interesses, mesmo que divergissem em momentos pontuais sobre os caminhos da cultura na Bahia.

Problematizo neste artigo, a atuação destes dois intelectuais do colegiado, a partir dos seus escritos publicados na *Revista de Cultura da Bahia*, periódico do conselho, e sua relação com o contexto autoritário: a ditadura civil-militar brasileira em terras baianas. A reflexão se dará a partir da análise de suas concepções sobre cultura, comunismo/anticomunismo democracia liberal, nação e política, elementos que nos ajudam a refletir sobre a natureza da participação dos intelectuais em instituições construídas em contextos autoritários e sobre a própria concepção de intelectuais, que trataremos a seguir.

Um debate sobre intelectuais

O caso Dreyfus foi um divisor de águas na França. A partir de contenda jurídica abriu-se um campo de disputas intelectuais em que diversos segmentos se dividiram quanto ao caso. (CHARLE, 2003: 141-156) Alfred Dreyfus, militar francês de origem judaica foi acusado de ter vendido segredos militares aos alemães, porém, pouco tempo depois se provou sua inocência. Era um contexto de anti-semitismo na França, da segunda metade do século XIX,

⁷ Nelson de Sousa Sampaio, advogado e professor, nasceu em 26 de julho de 1914 em Macajuba-BA e faleceu em 20 de dezembro de 1985. Lecionou Psicologia Educacional no Instituto Normal da Bahia, Salvador em 1938, foi diretor da Penitenciária da Bahia, 1938-1939, professor catedrático de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da Bahia, professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia, de Ciências Políticas da Escola de Administração e de Instituições de Direito da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, diretor da Faculdade de Direito no período entre 1961-1964. Foi presidente do Conselho Estadual de Cultura entre 1968-1971, no qual permaneceu até 1985. Além disto, foi membro dos conselhos e associações: Ordem dos Advogados da Bahia - OAB-BA, Instituto dos Advogados da Bahia, IGHB, Associação Bahiana de Imprensa, Academia de Letras da Bahia. Em funções políticas foi consultor jurídico do Poder Legislativo, 1970-1976. Eleito deputado estadual Constituinte pela União Democrática Nacional-UDN (1947-1951) reeleito pela UDN (1951-1955) e 1955-1959. Arquivo **FFCH/UFBA**. Pasta administrativa do professor Nelson Sousa Sampaio; <<http://www.al.ba.gov.br>>. Acesso em: 07/11/2016.

⁸ Arquivo **FFCH/UFBA**. Pasta administrativa do professor Thales de Azevedo. Thales Olympio Góes de Azevedo nasceu em Salvador-Ba em 26/08/1904 e morreu em 05/08/1995. Diplomado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em dezembro de 1927. Foi professor e diretor da Faculdade de Filosofia da UFBA, 1964-1967. Autor de várias obras, dentre as quais *Povoamento da Cidade do Salvador*, de 1949. Esteve como membro do Conselho desde a sua fundação em 1967 até 1994, exceto durante a gestão Waldir Pires (1987-1989) quando o CEC deixou de existir.



mais precisamente a Terceira República, que tinha como pano de fundo um forte teor revanchista contra a Alemanha e uma vigorosa campanha nacionalista. A partir disso se legitimou um campo intelectual na França. Os intelectuais deixavam de ser apenas portadores de habilidades cognitivas e letradas. Era importante seu papel e posicionamento político frente às questões do seu tempo.

As diversas concepções sobre intelectuais partem de vários matizes para explicar o seu papel na sociedade, de explicações marxistas às culturalistas. (SHIMIDT, 2012) Destarte, pensar intelectuais implica inseri-los no campo da História Política. Uma das contribuições fundamentais advêm da História Política, sobretudo, os estudos de Pierre Rosanvallon quando insere nas discussões “o político articulado ao social”, ou seja, a atuação dos intelectuais imbricada aos embates sociais e à cultura política do seu tempo.(ROSANVALLON, 1995)

Uma concepção importante foi atribuída a René Remond ao instituir o político como uma dimensão importante da vida e da análise da História. Remond lançou coletânea que renovou os estudos da História Política. (RÉMOND, 2003) Em artigo desta coletânea, Sirinelli traz uma concepção de intelectual como mediador cultural e, também, na perspectiva do engajamento.(SIRINELLI, 2013) Estas influenciaram sobremaneira muito historiadores em suas pesquisas. (GOMES, 1997: 62-77) Noções como geração, itinerário, redes de sociabilidades, microclimas são importantes instrumentos metodológicos para analisar as trajetórias de intelectuais ou mesmo a construção de suas biografias.

Uma das obras no Brasil que iremos discutir é a de Tatyana de Amaral Maia, “**Cardeais da cultura nacional**” (2012) sobre a atuação dos intelectuais do Conselho Federal de Cultura. A partir dela, suscitaremos o debate sobre a natureza e a participação dos intelectuais nas estruturas do Estado, sobretudo, em contextos de regimes autoritários. A autora analisa os intelectuais do CFC a partir da sua autodesignação como “‘homens de pensamento e ação’, ou seja, um produtor de idéias capaz de tratar de diversos assuntos e problemas sociais e, também, um agente político, que intervém por meio da participação no Estado nos rumos da sociedade”. (MAIA, 2010:18) Explicita sua análise ao entender a geração, os itinerários percorridos por seus intelectuais desde o modernismo dos anos 1920 do século XX até o momento da conformação das políticas culturais da ditadura pós-64. O debate central da sua concepção de intelectuais está na seguinte formulação:



As propostas e políticas empreendidas pelo CFC devem ser compreendidas neste processo histórico específico de participação dos intelectuais no cenário político como portadores dos anseios nacionais e que atravessou governos legitimamente constituídos ou não para forjar os rumos da nação. (MAIA, 2010:232)

Devemos relativizar esta visão da autora, mesmo a historiadora tendo um rigor metodológico consistente e um arcabouço de fontes substanciais que lhe permitiu interpretar estes sujeitos dessa forma. As escolhas do pesquisador devem ser respeitadas, todavia, abordar outras concepções de intelectuais me parece útil já que a autora tem sido referenciada em Daniel Pécaut, cuja visão de intelectual do autor é denotativa de sua exclusividade como categoria à parte da sociedade e como portadores dos anseios da nação, seja contra ou ao lado do Estado. (PÉCAUT, 1990) Uma questão para refletir é o postulado de Gramsci: Os intelectuais seriam um grupo autônomo?(GRAMSCI, 1982) Ao perpassar por governos e momentos políticos dissonantes os intelectuais se constituem um grupo coeso e independente do conjunto social e político? A crítica marxista, advinda de Gramsci nos suscita reflexões quando o mesmo lança mão dos conceitos de hegemonia, intelectuais orgânicos e tradicionais. Ao disputar hegemonia (coerção e consenso) um grupo dispõe de intelectuais já constituídos, os tradicionais, ou mesmo elabora seus próprios intelectuais no seio da sociedade civil, para lograr seu projeto político.

Um diálogo possível, talvez seja a estratégia interpretativa utilizada por Sônia Mendonça (MENDONÇA, 2007), de matriz gramsciana, a qual propõe que os intelectuais não são “neutros”, não “pairam” sobre a sociedade, numa crítica a Pécaut e a outros historiadores herdeiros de uma interpretação que reivindica um campo autônomo para os intelectuais.

Para Mendonça (2007), os intelectuais disputam interesses no seio da sociedade civil e buscam o controle do Estado, para tornar hegemônicos seus projetos ou dos grupos que representam. Esta análise complementa a abordagem de (MAIA,2012) para entender os intelectuais do CFC, ao ocuparem os espaços do Estado e imprimirem o seu ritmo, suas noções de cultura que na prática se efetivaram. Mas por se considerarem portadores da nação deixaram de se posicionar politicamente? Ou a própria idéia de nação, como valor pátrio e cívico a ser construída já era uma proposta de projeto político? Voltando a Gramsci, a aceitação da premissa de que “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer, mas nem todos exercem na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1982) provoca a reflexão proposta por Denise Rollenberg (2010) sobre a construção dos regimes autoritários que, por conseguinte, exige uma ação mais concreta dos sujeitos, ou mesmo em outras situações, o seu consentimento,



silenciamento e ambivalência (ROLLEMBERG, 2010), ou também, a zona cinzenta do pensar duplo.(LABOIRE, 2010) Tal perspectiva é promissora no sentido da conformação de regimes autoritários como constructos sociais, daí pensar estas ambivalências, os sujeitos de “carne e osso”, dissipando assim, as dicotomias “secas” e os revelando como atores sociais, discussão fundamental para entender a atuação dos intelectuais do CEC na Bahia.

Engajados ou portadores da consciência nacional?

Engajados ou portadores da consciência nacional? Nelson Sampaio é um típico intelectual engajado (SIRINELLI, 2000) e Thales Azevedo um intelectual situado na “zona cinzenta” do pensar duplo ou ambivalência de Pierre Laboire (2010). O pensar duplo, na acepção de Laboire, é uma ferramenta teórico-metodológica importante para o historiador escapar das amarras reducionistas e das interpretações aparentes, sobretudo em momentos delicados da vida da nação, como o foi o período da ocupação nazista da França entre 1940-1944, que selou acordo de ocupação de parte do território Francês pelos alemães, além da delação e entrega dos judeus aos nazistas. Dentro desse contexto, as múltiplas memórias dos franceses perpassavam as temporalidades presente-passado- futuro, e que revelava o Pensar-duplo:

como uma maneira de contornar uma realidade que se tornou insuportável, como uma resposta de circunstância a uma situação de exceção, como elemento de um amplo processo de adaptação (...) O pensar duplo aparece como uma forma de resposta social a alternativas consideradas insuperáveis, uma resposta datada que deve ser vista como tal, como tentativa patética de ajustamento entre o desejo e o possível.(LABOIRE, 2010:6-7)

Similitudes podem ser consideradas ao tratar a participação dos intelectuais em órgãos construídos durante a ditadura civil-militar, dentro desta perspectiva, foram partícipes da gestão governamental, mas ao mesmo tempo, em algum momento, reticentes ou contrários aos abusos, mas, correndo os riscos dos “deslizes em direção a comprometimentos”, sobretudo quando se delibera, opina e constrói política pública em governos construídos sem a legitimidade da representação popular do voto.

A noção de trajetória também é fundamental para esta análise, na medida em que tratamos da participação destes dois intelectuais nos anos de sua passagem no Conselho Estadual de Cultura e não na totalidade de suas vidas. (BOURDIEU, 2006) Esses intelectuais, durante os anos 1969-1971, foram eleitos por seus pares para os cargos de Vice e Presidente do



CEC, respectivamente.⁹ Tiveram uma participação ativa no plenário do CEC, integrantes, ambos, da Câmara de Ciências e Nelson, também, da Câmara de Legislação e Normas. Nascidos nas primeiras décadas republicanas, os dois, de formação intelectual erudita, típica das elites letradas baianas, passaram pelos espaços educacionais e políticos da elite baiana: a saber, a Faculdade de Medicina da Bahia e a Escola Livre de Direito. Thales escritor, professor, assim como Nelson, porém este último também engajado na vida partidária foi deputado estadual udenista por três mandatos. Participaram e foram integrantes de uma mesma sociabilidade e geração na Bahia.(SILVA, 2000)

Sabemos que as instituições são compostas pelos sujeitos e estes carregados de historicidade, viventes do seu tempo. Neste momento da vida brasileira que foi o golpe civil-militar de 1964, manifestar-se publicamente era coisa para os mais “aguerridos” e combatentes, daí a cautela no manifesto ou mesmo a reticência amplamente utilizada nos pronunciamentos e publicações. Numa moção a De Gaulle, vimos isto, na negação das escolhas políticas, pelo menos no nível discursivo. Nelson Sampaio assim justificava:

*O Conselho Estadual de Cultura manifesta seu profundo pesar pela morte de Charles De Gaulle, herói nacional e duas vezes, Presidente da República Francesa, em que a França e o Mundo perderam um dos maiores estadistas do século. Deixando de lado a apreciação política de sua personalidade **que não compete à natureza deste órgão puramente cultural**, este Conselho deseja ressaltar, nesta homenagem, o seu preito de admiração ao eminente homem de espírito, notável orador e excepcional escritor que também foi Charles De Gaulle.¹⁰*

Ao apresentar o Conselho, em 1968, à sociedade baiana, a noção de cultura que perpetrava, isentava a ação estatal de intervenção exclusiva, prevalecendo as liberdades individuais, típica do pensamento liberal constitucional do conselheiro. Tal assertiva dava um tom “democrático” às iniciativas culturais, ao tempo em que as inseriam no ambiente conjuntural da Guerra Fria, como vimos nas primeiras palavras de Nelson:

Em contraposição à concepção de totalitarismo, que transforma toda a cultura em instrumento do poder político, a Constituição Brasileira proclama que “as ciências, as letras e as artes são livres” (art. 120). Dêsse modo, quando se lê que o Conselho Federal de Cultura “formula a política cultural” da nação e o Conselho Estadual faz o mesmo em relação à política cultural do estado, deve-se entender que se trata apenas da política cultural dos governos federal e estadual, ou seja, a fixação de um sistema de prioridades quanto aos recursos materiais e incentivos às diferentes esferas da cultura. Jamais poderia tal política estabelecer ortodoxias ou ditar fins às

⁹ **Arquivo do CEC.** Biblioteca Alves Ribeiro. ATA da 4ª Sessão Ordinária do CEC, realizada em 28/01/1969.

¹⁰ Nelson de Souza Sampaio. Moção. **Revista de Cultura da Bahia.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul/dez 1971, p. 154.



atividades culturais dos indivíduos e da comunidade. Por força do preceito constitucional, cada um é livre de abrir seu caminho dentro da grande aventura da cultura humana, e estamos certos de que uma cultura é tanto mais vigorosa quanto maior o seu número de abridores de novos caminhos. À medida, pois, em que a comunidade se robustecer culturalmente, com o apoio dos conselhos de cultura, estamos certos de que estes irão crescendo no apreço da sociedade.¹¹

Interessante notar que, neste mesmo ano de funcionamento do CEC, ocorreram fissuras em relação à proibição das Bienais de Arte. “Em 1966, mesmo com a ditadura já implantada desde 1º de abril de 1964, o governo baiano havia realizado a 1ª Bienal Nacional de Artes Plásticas, no Convento do Carmo e, em 1968, estava a 2ª Bienal, pronta para ser inaugurada, em dezembro de 1968”.¹² Neste ínterim, Mario Cravo Junior¹³, pediu demissão do CEC, alegando que não considerava o caráter competitivo da Bienal e por questões conceituais, havia contestado a Bienal. Por motivos difusos também foi demitido o Secretário de Educação e Cultura, Luiz Navarro de Brito; e ocorrido o afastamento, meses antes da Bienal, do então presidente do CEC, Odorico Tavares¹⁴ e, durante a Bienal, as prisões de Luis Henrique Dias Tavares, professor da UFBA e então diretor do Departamento de Educação Superior e Cultura (DESC) e Juarez Paraíso, diretor da Bienal, mais tarde, nos fins dos anos 1970, também conselheiro de cultura.¹⁵

Tal fato visibilizou as ambiguidades do Governo Luis Viana em um processo em que a cultura da Bahia estava entre a criação e a repressão. Cecília Soto (2012) evidencia que o

¹¹ Nelson de Souza Sampaio. Apresentação. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I nº 01, março /agosto 1968, p. 03-4.

¹² Fonte: <<http://atarde.uol.com.br/cultura/noticias/50-anos-do-golpe-2a-bienal-da-bahia-foi-fechada-1576889>>. Acesso em 13/11/2016.

¹³ Artista Plástico baiano renomado no Brasil, integrante do CEC em sua primeira formação em 1968.

¹⁴ **Arquivo do CEC**. Biblioteca Alves Ribeiro. Este alegando que não havia se adaptado ao serviço público, haja vista era do ramo privado, das telecomunicações (Fundador da TV Itapoan). ATA da 28ª Sessão Ordinária do CEC, realizada em 03 de setembro de 1968. Sobre Odorico Montenegro Tavares da Silva, nascido em Timbaúba PE, em 1912 e falecido em - Salvador BA, em 1980. Jornalista, escritor, poeta e colecionador de arte. Formou-se bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Recife. Inicia a carreira de jornalista no *Diário de Pernambuco*, pertencente ao grupo Diários Associados. Fixa-se em Salvador em 1942, convidado por Assis Chateaubriand (1892 - 1968) para dirigir a rede dos Diários Associados da Bahia, da qual fazem parte o jornal vespertino *O Estado da Bahia*, a Rádio Sociedade e o *Diário de Notícias* - adquirido após sua chegada. No *Diário de Notícias* assina a coluna diária Rosa dos Ventos, em que publica diversos artigos sobre a vida cultural e artística da Bahia, com especial destaque para as artes plásticas. É responsável também pela direção do suplemento cultural do jornal, editado semanalmente. Fonte: <<http://www.dicionario.belasartes.ufba.br/wp/verbete/odorico-tavares>> Acesso em 05/09/2016.

¹⁵ UCHÔA, Sara. **Políticas Culturais na Bahia (1964 – 1987)**. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/politicas_culturais_1964_1987.pdf>, p. 07. Acesso em 13/11/2016. Ver também <<https://www.youtube.com/watch?v=4iiRLmj1nEA>> Acesso em 13/11/2016. Vídeo da TV UFBA onde Juarez paraíso fala de sua trajetória e de sua prisão durante a Bienal.



governador mandou fechar a Bienal devido a existência de 10 obras ditas “subversivas” e que o apoio à Bienal teria sido o motivo da demissão do secretário de Educação e Cultura, além das renúncias de Odorico e Cravo Jr. do CEC, para não desagradar o governador e os militares. Era um exemplo do pensar-duplo dos intelectuais baianos.

De modo oposto, intelectuais de esquerda sofreram sanções do governo autoritário no plano nacional. Os casos de Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender foram emblemáticos, ambos, atingidos pelos instrumentos repressivos do Estado brasileiro no período da ditadura civil-militar pós 64. (CARDOSO, 2013: 310-335) O mesmo não era válido, ao tratar-se de sujeitos políticos da vida baiana, alinhados ou a uma elite pretérita ou aliados do governo. Ratificamos isto quando se tratava de figuras do mesmo campo de atuação que Sampaio ou que desfrutou desta cultura de elite baiana. Caso emblemático foi a homenagem a Pedro Calmon, conselheiro federal de Cultura atuante no período, que, igualmente a Rui Barbosa, foi sujeito reiteradamente homenageado pelo plenário do CEC. Em discurso, no Banquete ofertado no Clube Bahiano de Tênis, foi orador oficial o conselheiro Godofredo Filho a quem o “chamou de um dos maiores oradores baianos vivos”. Na ocasião, comemorou-se o septuagésimo aniversário de Pedro Calmon, num evento promovido pelo CEC, pelo Conselho Estadual de Educação, ALB, IGHB, Associação Baiana de Imprensa, OAB, Pen Club, Associação Comercial e a Federação das Indústrias da Bahia, que reuniu a intelectualidade baiana.¹⁶

Nelson Sampaio escrevia textos de análise política na *Revista de Cultura da Bahia*. Na sua retórica tratou o golpe de 1964 como “revolução de 64”, assim como 1930 para ele foi também, revelando-se como um dos construtores das memórias dos civis, já que escreveu pouco menos de seis anos depois do acontecido. Na sua interpretação, “tivemos uma revolução, a de 1964, e dois golpes de Estado, sem contar os *semigolpes* dos ‘impedimentos’ de dois Presidentes da República em 1955, quando se arranhou, mas não se rompeu a Constituição”.¹⁷ Além de corroborar e legitimar o golpe destacou todo o seu discurso anticomunista ao afirmar

¹⁶ Homenagem a Pedro Calmon. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano VII nº 08, jul /Dez, 1974, p.155.

Ver também as moções de Homenagem a Antonio Carlos Magalhães, prefeito da capital baiana, em decorrência das obras de reparação do Paço Municipal de Salvador e Giberto Freyre, conselheiro federal de cultura pela passagem de seu 70º aniversário. Moções de março e abril. In: **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul /Dez, 1970, p.152.

¹⁷ SAMPAIO, Nelson de Souza. A revolução de 1930. In: **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul /Dez, 1970, p.21.



que “a Revolução de 1964 situa-se no quadro da guerra fria, sendo uma resposta não só à desordem econômico-financeira e à tentativa de desorganização militar, mas também à subversão marxista-leninista, soprada de várias direções, sobretudo de Cuba”¹⁸

Condenava o marxismo/comunismo e João Goulart, numa delimitação de suas posturas políticas em consonância com o contexto autoritário e em semelhança ao seu passado udenista, cuja agremiação a nível nacional, atuou em forte oposição ao campo getulista/janguista.

Em 1964, a causa mortis da Quarta República é mais complexa, aparentando a ausência de contaminação de uma campanha presidencial. Mas é inegável que esta já existia, com candidatos ostensivos, como Juscelino e Lacerda, sendo claro que as desastrosas manobras de Jango tinham em mira, com grande antecipação, a sucessão de 1965. Dêsse modo, há muita semelhança entre 1945 e 1964, até na radicalização esquerdizante, descontada a bisonhice do discípulo de Vargas.¹⁹

No caso de Nelson Sampaio, sua ideologia aproxima-se de um liberalismo constitucional democrático (SANTOS,1978) no tocante ao respeito aos princípios constitucionais/legais e as liberdades individuais e uma explícita aversão às doutrinas socialistas, as quais o mesmo chamava de totalitárias, numa referência “à ditadura soviética”.²⁰ Suas críticas não se restringiam somente às ações, mas aos princípios formuladores dessas teorias.²¹

Já Thales de Azevedo, advertia para a noção de intelectual como portador da consciência nacional. Ao parafrasear Rui Barbosa, elegia os princípios liberais ao generalizar a cultura como consciência pátria, nacional, do povo. Cultura como abdicação de princípios individuais em prol do coletivo.

A cultura não é, realmente, apenas o refinamento da ilustração, o apuro da estesia, a fruição ociosa dos prazeres do espírito, mas a vida mesma dos povos no seio da lei, das instituições, da justiça, dos costumes que encorajem e produzam a variedade das idéias, o senso da análise e da crítica inteligente e informada, o receita das divergências de opinião, a coragem e a proteção das atitudes honestas, a lealdade na luta, no dialogo, no uso do poder, o apreço pela honra e pela dignidades humanas, o

¹⁸ SAMPAIO, Nelson de Souza. *Idem*, p.24

¹⁹ SAMPAIO, Nelson de Souza. *Idem*, p.23.

²⁰ SAMPAIO, Nelson de Souza. Ruy e a cultura nacional. In: **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano III nº 04, jul /Dez, 1969, p. 11.

²¹ SAMPAIO, Nelson de Souza. O morticínio das crenças. In: **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Nº 11, jan /Dez, 1976.



*horror a violência de qualquer gênero e procedência, ao domínio dos instintos, ao reconhecimento e à satisfação das iniquidades.*²²

“A cultura não é apenas criação é o conjunto da nação”²³, a consciência nacional, enquanto valor civilizatório, como evidenciava Thales, que se materializava, na prática, nas indicações, moções e ações no sentido de preservar o patrimônio da Bahia, este, considerado como símbolo da memória das elites baianas. Dentre estas ações, as articulações do colegiado baiano com o seu congêneres nacional na efetivação da cidade Cachoeira como Monumento Nacional, assim como previu a carta magna baiana em 1967, tornando-a, pela sua importância histórica nas lutas pela independência, monumento estadual. Materializava também na execução dos calendários culturais baianos, ao elencar as efemérides de nascimentos ou comemorativas de figuras baianas, no entender do Conselho, doadoras de valores para a nação.²⁴

Destarte, Thales, ao se colocar como elite, ratifica o seu papel e de seus pares, não como uma elite impositiva de suas idéias, mas como portadora da “luz”, do saber e da orientação do conjunto da sociedade. Esta visão de intelectual de elite como uma missão:

Por certo que a cultura precisa ser explicitada como realidade interpretada e descrita, em modo que se diria de substancia metafísica que a mente possa analisar, colaborando com a experiência em comunicá-la dinamicamente de geração em geração. Essa tarefa, a seu jeito também criadora e reveladora, ao mesmo passo que transformante, é das elites de que carecem todas as sociedades de homens livres-elites que devem ser, nas democracias sociais, não uma casta sob qualquer aspecto, que modele e dirija as mentes, porém, uma como universidade dos talentosos, dos doutos, dos diligentes, dos contemplativos e refletidos que recebem e captam e traduzem e espargem, multiplicada, a luz, por vezes pálida e vaga que a vida irradia. Cabe a essa elite, que está em todo o povo e agora e ali se condensa e sistematiza nas instituições políticas, nas igrejas, nos centros de reflexão e de ensino e comunicação, - cabe a tarefa de pensar pelo diálogo, pela escuta, pela indagação paciente da realidade que é o mundo no fluxo incessante do ser e do fazer que é a história. Na mente dessa elite organiza-se a imagem de uma realidade existencial que aos educadores, aos cientistas, aos guias espirituais e, aos políticos, aos estadistas incumbe impregnar de sempre novas idéias e valores que, caldeados com a experiência, constituam um genuíno humanismo, uma cultura em que o tempo e a transcendência se transfundam nos costumes, nos sentimentos, nas crenças, nos

²² AZEVEDO, Thales. Cultura como consciência nacional In: **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul /Dez, 1970, p.60.

²³ AZEVEDO, Thales. *Idem*, p.61.

²⁴ Resolução nº 09/68. Calendário de Cultura para 1969. In: **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I, nº 02, set /Dez, 1968, p. 94-95



*gostos, no trabalho e no lazer, nas instituições e na ordem social para a obra ininterrupta da criação do Homem e do humano.*²⁵

Neste sentido, as orientações pedagógicas em relação à população foram constantes. Era fundamental a colaboração da mesma na preservação do patrimônio baiano, também elemento importante nas estratégias do Estado em tornar a Bahia um destino turístico competitivo a nível nacional. Nelson Sampaio assim ratificava em seu relatório de prestação de contas do seu mandato como presidente.

*Não foi menor o serviço o esforço do Conselho no sentido de despertar na comunidade uma consciência orientada para a conservação do seu patrimônio histórico, artístico e paisagístico bem como para a defesa ecológica do ambiente. Este esforço logrou algumas recompensas iniciais na repercussão que obteve na imprensa da capital, em algumas personalidades de destaque e em entidades particulares, como a Sociedade de Amigos da Cidade do Salvador. Mas esses primeiros passos apenas mostram a grande estrada que temos à frente, e da qual não podemos recuar. Forçam-nos ao avanço não só as exigências do desenvolvimento da Bahia, mas também as crescentes preocupações em transformá-la num dos maiores centros turísticos do país.*²⁶

Na edição de retorno da *Revista de Cultura* em 1998, em novo formato, haja vista, que o último exemplar foi de 1984, um depoimento do filho de Thales, também conselheiro de cultura nos anos de 1980, o arquiteto Paulo Ormindo Azevedo, apresenta aspectos da vida cotidiana de Thales. O mesmo declara que é suspeito para falar do antropólogo e médico Thales, “ele que já havia enterrado suas ferramentas médicas em um baú e o enterrado no subsolo da casa da Barra avenida”²⁷, era mais fácil falar do pai, nesta homenagem póstuma que o Conselho de Cultura fazia ao seu membro que por mais tempo ficou na instituição. Assim então explanava o cuidado de Thales ao se posicionar politicamente:

*Dois dos seus traços mais marcantes eram a cordialidade e a tolerância. Católico praticante tinha amigos de todos os credos e até agnósticos e ateus, como Anísio Teixeira e Frederico Edelweiss, dois dos mais próximos... Quando escrevia sobre catolicismo popular e relações do Estado com a igreja, o fazia com tal isenção e distanciamento, que seria difícil imaginar que o autor era um católico engajado.... Outra virtude era o equilíbrio. Enquanto a quase totalidade dos intelectuais católicos se rendeu, nos anos 30, ao integralismo, ele preferiu manter a distancia, sem contudo, alinhar-se à esquerda dominada pelos comunistas.*²⁸

²⁵AZEVEDO, Thales. Cultura como consciência nacional. In: **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul /Dez, 1970, p.62.

²⁶ SAMPAIO, Nelson de Souza. Três anos de Conselho Estadual de Cultura. In: **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul /Dez, 1970, p.137-145.

²⁷AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Thales de Azevedo, meu pai. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, n.16, p. 147-152, 1998.

²⁸ AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Thales de Azevedo, meu pai. *Idem*, p.148.



Ademais, importante delimitar as ações dos sujeitos nos seus campos de atuação e condicionados aos limites e/ou possibilidades de que dispunham,

Estamos assim respondendo à confiança que no Conselho depositou o Governo, selecionando e convidando para fazer parte dele especialistas de vários ramos que pudessem colaborar com a sua experiência em determinação eficiente das diretrizes daquela política.²⁹

Visão esta que delimitava o nível de especialização dos intelectuais, credenciada, sobretudo pela atuação dos mesmos na Universidade Federal da Bahia, para além das escolhas políticas que os fizeram ingressar no CEC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O engajamento de Nelson Sampaio, mesmo reticente com a narrativa, porém explícito no conteúdo, reverberava suas interpretações de mundo, ou seja, suas ideologias, refletidas em suas práticas no Conselho, sobretudo, quando foi presidente. Nestes escritos além da referência ao liberal baiano Rui Barbosa, o jurista defendia sua visão de cultura a partir do indivíduo. Thales entendia que a atuação dos intelectuais, bem como da instituição a qual participou o CEC, deveria ser doadora de valores pátrios, civilizacionais e democráticos, mesmo durante a vigência de um regime que se armava contra a democracia e que se apropriava da cultura como um elemento fundamental de justificativa de sua existência.

Episódios díspares indicaram aspectos desta ação cultural, como o foi o caso da Moção publicada em abril de 1967 na segunda edição da revista *Cultura*, publicação do CFC, do posicionamento contrário de seu membro Octávio de Faria à censura de “Terra em Transe” de Glauber Rocha, que forçou um ajuste desta “zona cinzenta”, levando a cúpula do CFC a solicitar que um membro seu participasse dos organismos censores e que o julgamento fosse cultural e não de teor político.

Entre os baianos, o mesmo Glauber ganhou uma Moção do CEC em 1969, proposta pelo conselheiro Carlos Eduardo da Rocha e ratificada em plenário pelo presidente Nelson Sampaio, pelos prêmios conquistados no Festival Internacional do Cinema em Cannes, principalmente o

²⁹Sugestões ao Plano Integrado de Educação e Cultura. In: **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I, nº 02, set /Dez, 1968, p.10.



de melhor diretor, conseguido com seu filme “O santo guerreiro contra o dragão da maldade”. Uma “baianidade”, em episódios como este, diferenciava os intelectuais da terra, na defesa de suas coisas, apesar de fissurar a hierarquia a quem estava submetido no plano federal. Ademais, mesmo demonstrando atuações diferentes, como foram as de Thales e Nelson Sampaio, ratificamos o papel político exercido pelo Conselho, partícipe e legitimador das políticas governamentais para a cultura na Bahia, assim como se assemelhava ao Conselho Federal a nível nacional, no sentido de criar ao seu gosto e perspectiva, uma rotina e dinâmica organizacional na esfera cultural do estado.

LISTA DE FONTES

Arquivo do CEC. Biblioteca Alves Ribeiro.

Arquivo FFCH/UFBA. Pasta administrativa do professor Thales de Azevedo.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista de 1926.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

Revista Cultura (1967-1971).

Revista de Cultura da Bahia (1967-1971)

VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

REFERENCIAS

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina; (org) (orgs.) **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CARDOSO, Lucileide C. **Criações da memória: Defensores e Críticos da ditadura (1964-1985).** Cruz das Almas: UFRB, 2012.

_____. Nelson Werneck Sodré: Censura, Repressão e Resistência. **Anos 90**, v.20, p. 237-267, 2013.

_____. Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.31, n62, 117-140, 2011.

CARVALHO, Anselmo F. M. **A Bahia Constrói o seu futuro sem destruir o seu passado: Políticas culturais, turismo e baianidade na modernização da Bahia (1967-1983)** Feira de Santana: Editora da UEFS, 2013.

CHARLE, Cristophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). **História da Educação.** ASPHE/Faf/UFpel, Pelotas, n. 14, p. 141-156, set. 2003

FICO, Carlos. O estado da Arte. In: **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre o golpe e a ditadura militar.** Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 23-24.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.9,n. 20,p. 05-74. Jan/abr. 2017.

GOMES, Ângela de Castro. Essa Gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. vol. 6, n. II, 1993, p. 62-77.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da Cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.



- LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar duplo. IN: ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários. Europa. Sociedades e regimes autoritários.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. Memória e Opinião. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha (orgs.), **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, pp. 79-87.
- MAIA, Tatyana de Amaral. **“Cardeais da cultura nacional”:** o Conselho Federal de Cultura e o papel civil – militar (1967 – 1975). São Paulo: Itaú Cultural/Iluminuras, 2012.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Intelectuais na historiografia brasileira. **Anais do IV Simpósio Nacional Estado e Poder: Intelectuais**, 8 a 11 de outubro de 2007, Universidade Estadual do Maranhão São Luís/MA. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado_poder/40.pdf> Acesso em: 14 Nov. 2016.
- NAPOLITANO, Marcos. “Vencer satã com orações”: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970”. In: ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 145-174.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- RÉMOND, René (Org). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.
- RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro:** artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 15, n 30, p. 9-22, 1995.
- SHIMIDT, Benito Bisso. Intelectuais e Poder: algumas considerações historiográficas e um exemplo. In: **Lutas Sociais, Intelectuais e Poder.** COELHO, Eurelino. (Org.) Feira de Santana: Editora UEFS, 2012.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1978)“A Práxis Liberal no Brasil: Propostas para Reflexão e Pesquisa”, in **Ordem Burguesa e Liberalismo Político.** São Paulo, Duas Cidades, pp. 65-117
- SILVA, Paulo Santos. **Âncoras da tradição:** luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador, EDUFBA, 2000.
- SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.
- SOTO, Cecilia Ana Vásquez. **A trajetória histórica do conselho estadual de cultura e as políticas culturais na Bahia.** Salvador: UFBA, 2012. (Dissertação de mestrado).